

## **CHAMADA PÚBLICA IPEA/PNPD Nº 107/2016 - SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA CONCESSÃO DE BOLSAS**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que desenvolve pesquisas e fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e avaliação de políticas e programas de desenvolvimento, **CONVIDA** os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos para seleção pública de candidatos a bolsa pesquisa, no âmbito do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional – PNPD do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento - PROMOB.

### **1. OBJETO**

A presente Chamada tem por objetivo selecionar interessados, para concessão de bolsa de pesquisa, que atendam aos requisitos do Termo de Referência constante no Anexo I e no REGULAMENTO desta Chamada, em realizar pesquisa no Projeto: “**Desafios da Nação (1ª etapa)**”.

### **2. QUANTIDADES E DURAÇÃO DAS BOLSAS**

Serão concedidas 38 (trinta e oito) bolsas, sendo 02 (duas) bolsas por tema - (**Anexo I item 2.1. Temas do projeto (para submissão de propostas)**). Em caso de não preenchimento das vagas destinada ao tema, estas vagas poderão ser realocadas para outros temas, a critério do comitê julgador.

A duração prevista é de 06 (seis) meses, podendo ser renovadas .

### **3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS**

**3.1.** Possuir título de doutor em qualquer área.

**3.1.1.** Os títulos obtidos no exterior só serão aceitos se e somente se forem validados por universidade pública em conformidade com a legislação vigente.

**3.2.** Ter publicações em periódicos nacionais e/ou internacionais nas áreas de economia, desenvolvimento, políticas públicas e/ou nas áreas temáticas do projeto, conforme **Anexo I item 2.1. Temas do projeto (para submissão de propostas)**.

**3.3.** Apresentar Proposta de execução do projeto, que deve ser anexada nos moldes do item 3 do Regulamento (no máximo de 10 páginas);

**3.4.** Não ter recebido bolsa IPEA na modalidade oferecida por período igual ou superior a 12 (doze) meses, exceto se, no ato da implementação da bolsa, tiver cumprido o interstício de 01 (um) ano;

**3.5.** Não possuir bolsa IPEA ou de outra instituição no ato da implementação desta bolsa, exceto se a bolsa de outra instituição estiver suspensa;

**3.6.** Caso tenha vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, deverá exercer a função de Pesquisador, Professor Universitário ou equivalente;

**3.7.** Caso o candidato tenha possuído bolsa de pesquisa IPEA e seu relatório final tenha obtido avaliação péssima, ou caso esteja em situação de pendência na entrega de relatórios de atividades, este poderá, a critério do comitê julgador, ser desclassificado;

**3.8.** Solicita-se aos candidatos adaptarem seus currículos, ressaltando os pontos requeridos neste edital.

#### **4 . APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS CANDIDATURAS**

**4.1.** A solicitação deve ser apresentada, pelo candidato, mediante o cadastramento de seus dados no Sistema de Cadastro de Bolsista, disponível na página do IPEA [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br), mediante a seleção do projeto de interesse, anexando:

**a)** Currículo ou informando endereço *lattes* e

**b)** Proposta de execução do projeto, que deve ser anexada nos moldes do item 3 do Regulamento.

**4.2.** Para candidatos que já possuem o cadastro, será necessário acessar a ferramenta, selecionar o projeto e anexar a documentação mencionada no item **4.1.** desta Chamada Pública.

**4.3.** Constatando-se projetos idênticos encaminhados por diferentes candidatos, todas as propostas envolvidas serão desclassificadas.

**4.4.** Os projetos de pesquisas citados na letra “b” do item **4.1** não serão desenvolvidos no âmbito desta Chamada Pública, e terão meramente o papel de objeto para a avaliação do candidato pelo Comitê Julgador.

#### **5. CRONOGRAMA**

<b>EVENTOS</b>	<b>DATAS</b>
Início do envio das candidaturas	06 de dezembro de 2016
Data limite para submissão das candidaturas	06 de janeiro de de 2017
Divulgação dos resultados no Diário Oficial da União e na página do IPEA na internet	A partir de 16 de janeiro de 2017
Início das bolsas	A partir de 23 de janeiro de 2017

**5.1.** As solicitações devem ser enviadas ao IPEA até às 23h59min. (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos), horário de Brasília, na data limite para submissão das candidaturas.

**5.2.** Recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o IPEA não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

## **6. DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

Os esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo desta Chamada poderão ser obtidos por intermédio do endereço eletrônico **pnpd@ipea.gov.br** e telefones **(61) 2026-5219/5688**, referenciando-se ao número da Chamada e nome do projeto.

## **7. DA ANULAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

**7.1.** A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, a critério do IPEA, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**7.2.** O IPEA poderá cancelar a presente chamada pública caso o Comitê julgador não se pronuncie no prazo de 30 dias a contar da entrega das propostas para análise.

## **8. IMPUGNAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA**

**8.1.** A presente chamada pública poderá ser impugnada, até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas.

**8.2.** Decairá do direito de impugnar os termos da presente chamada o candidato que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para submissão das candidaturas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que, em o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

**8.3.** A impugnação deverá ser dirigida à Coordenação responsável pela Chamada Pública, por meio eletrônico, para o endereço **pnpd@ipea.gov.br**.

## **9. CLÁUSULA DE RESERVA**

O IPEA reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada.

Brasília, 05 de dezembro de 2016.

**CARLOS ROBERTO PAIVA DA SILVA**

Diretor de Desenvolvimento Institucional - Substituto

## REGULAMENTO

### 1. OBJETIVO

A presente Chamada tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa, mediante a seleção de pesquisadores para atuação nos projetos relacionados, em conformidade com as condições estabelecidas deste REGULAMENTO e nas normas contidas nas Portarias IPEA N° 491, de 28 de dezembro de 2010 e N° 492, de 29 de dezembro de 2010, que faz parte integrante da presente chamada independente de transcrição.

### 2. DAS INFORMAÇÕES DO PROJETO

O detalhamento do projeto está descrito no Termo de Referência, Anexo I da presente chamada, onde consta:

- a) Título do Projeto;
- b) Propósito do Trabalho;
- c) Atividades a serem desenvolvidas pelo Bolsista; e
- d) Resultados Esperados.

### 3. REQUISITOS DOS CANDIDATOS

Os candidatos deverão atender aos requisitos constantes do item 3 da Chamada Pública, os quais serão avaliados pelo comitê julgador mediante análise curricular, e apresentar proposta de projeto (**Anexo I item 2.1. Temas do projeto (para submissão de propostas)**), conforme modelo previsto no Anexo II da presente Chamada, que detalhe a metodologia a ser empregada e as atividades a serem realizadas. O projeto deverá ser composto de:

- a) Título do projeto;
- b) Contextualização da proposta quanto à inserção nas Ementas dos Objetivos Estratégicos do IPEA;
- c) Objetivos gerais e específicos;
- d) Justificativa;
- e) Referencial teórico;
- f) Metodologia proposta;
- g) Atividades e cronogramas;
- h) Resultados esperados;
- i) Referências Bibliográficas;
- j) Outras informações relevantes

### 4. MODALIDADES E VALORES DAS BOLSAS

Quantidade	Modalidade	Valor em R\$
38	Doutor (Não Presencial)	5.200,00

**4.1.** O candidato vinculado a Instituição Pública deverá apresentar autorização da instituição de origem, comprovando, ainda, que a legislação que rege sua carreira permite atuação em projetos de pesquisa do IPEA.

**4.2.** Os candidatos selecionados que possuam vínculo com Instituições Públicas nas esferas Federal, Estadual ou Municipal só poderão ser contemplados com as bolsas de pesquisa se exercerem cargos de Pesquisador, professor Universitário ou equivalentes. Estes candidatos serão enquadrados na Modalidade de Pesquisador Visitante com o valor referente de R\$ 3.800,00.

**4.3.** Caso a modalidade inicialmente prevista estiver fixada em valor inferior ao indicado, no item anterior prevalecerá a modalidade de menor valor.

## **5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

A seleção das propostas submetidas ao IPEA, em atendimento a esta Chamada, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas por comitê interno nomeado para esse fim quanto ao mérito técnico-científico do projeto proposto nas seguintes notas:

NOTA: (0) Insuficiente; (1 – 4) Fraco; (5 – 6) Regular; (7 – 8) Bom – (9-10) Excelente  
PESO NOTA: (1 a 5)

<b>Item</b>	<b>CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO</b>	<b>PESO</b>
A	Avaliação das publicações em periódicos nacionais e/ou internacionais de Economia e/ou Estatística	2
B	Mérito, originalidade, relevância e a contribuição para a pesquisado Ipea	4
C	Metodologia do trabalho proposto	4

**5.1.** Poderá, a critério do comitê julgador, ser desclassificado o candidato que obtiver nota final inferior a 50% na soma dos critérios B e C.

**5.2.** Nos casos de empate, o desempate será de acordo com os itens de maior peso na tabela de critérios de avaliação acima.

## **6. RESULTADO DO JULGAMENTO**

A relação dos candidatos aprovados será divulgada na página eletrônica do IPEA, disponível na Internet no endereço **www.ipea.gov.br** e seu extrato publicado no Diário Oficial da União.

## **7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**7.1.** Caso o proponente queira interpor recurso ao resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso, por meio do e-mail **pnpd@ipea.gov.br**, no prazo de 3 (três) dias corridos, a contar da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União.

**7.2.** O recurso deverá ser dirigido a Comitê Julgador que, após o exame, poderá julgar pelo deferimento. Caso o Comitê julgue pelo indeferimento, o recurso será encaminhado para deliberação final da Presidência do IPEA.

## **8. DA CONCESSÃO DA BOLSA**

**8.1.** O (A) candidato(a) deverá manifestar interesse na concessão da bolsa, pelo e-mail **pnpd@ipea.gov.br**, no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a publicação dos resultados, sob pena de não ter a bolsa implementada.

**8.2.** As bolsas serão concedidas na duração prevista em conformidade as Portarias IPEA N° 491, de 28 de dezembro de 2010 e N° 492, de 29 de dezembro de 2010, e com base no item 2 da presente Chamada, mediante a apresentação, no prazo determinado por comunicação oficial do IPEA, dos seguintes documentos:

- a) Formulário de Solicitação de Bolsa;
- b) Termo de Compromisso assinado em duas vias;
- c) Autorização da instituição de origem para atuação no projeto (para candidatos vinculados a órgãos públicos);
- d) Cópia da carteira de identidade;
- e) Cópia CPF;
- f) Comprovante de Residência (emitido nos últimos 90 dias);
- g) Comprovante de escolaridade;
- h) Comprovante Bancário de conta corrente.

**8.3.** As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiados pela presente Chamada, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio do IPEA.

**8.4.** Caso haja desistência do selecionado ou cancelamento da bolsa, poderá ser convocado o segundo colocado e assim sucessivamente, a fim de dar continuidade às atividades do projeto de pesquisa.

**8.5.** Após o término do projeto, os pesquisadores poderão ser convocados para atuar como colaboradores do IPEA.

## **9. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO**

A Bolsa de Pesquisa poderá ser cancelada pela Diretoria responsável a qualquer momento, de acordo com seu interesse e conveniência, sem prejuízo de outras providências cabíveis, em decisão devidamente fundamentada, não implicando qualquer tipo de indenização e não cabendo qualquer tipo de recurso por parte do bolsista.

## **10. PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS**

É de exclusiva responsabilidade de cada candidato adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

## **11. DOS AJUSTES DOS PROJETOS APROVADOS**

O projeto aprovado poderá sofrer ajustes junto à Diretoria interessada, visando adequação ao Plano de Trabalho do IPEA e as suas metas institucionais.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As informações geradas com a implementação das propostas selecionadas serão de domínio IPEA, disponibilizadas em sua base de dados, com divulgação ao público.

## **13. ANEXOS**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA**

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO**

**ANEXO III - EMENTAS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA DE CONCESSÃO DE BOLSA PESQUISA

#### 1. TÍTULO DO PROJETO

“Desafios da Nação (1ª etapa)”

#### 2. PROPÓSITO DO TRABALHO

O propósito deste projeto é construir um arcabouço de políticas públicas, econômicas e sociais de possibilitem ao Brasil dobrar a renda real por habitante nas próximas décadas. Esse deverá ser o *Desafio da Nação: Pensar grande para pensar o futuro*.

A construção de uma nova geração de políticas públicas econômicas e sociais para o Brasil deve ser compartilhada entre os setores público e privado. O Brasil precisa de um amplo leque de reformas estruturantes e de um novo modelo de financiamento do desenvolvimento. O ritmo acelerado e o aprofundamento da globalização das economias desenvolvidas e emergentes exigem ações de longo prazo capazes de ampliar a competitividade produtiva e devem ser corretamente delineadas de modo a permitir que o Brasil possa integrar o novo arcabouço de integração regional global.

Com metas claras, consistência e razoável persistência é possível transformar a Nação. Retomar o crescimento econômico e dobrar a renda real por habitante dos brasileiros; promover a inclusão social com o seu propósito maior de reduzir as desigualdades sociais e desenvolver tecnologias críticas que possibilitam a inserção internacional virtuosa e geram emprego de melhor qualidade são três objetivos centrais de um país que deseja alcançar níveis mais elevados de desenvolvimento.

O Brasil precisa ampliar seu diálogo com o mundo e participar ativamente das negociações de comércio e investimento no mundo, em particular de acordos regionais liderados por países desenvolvidos com vista à integração comercial e participação setorial de países na cadeia produtiva global. Especificamente, o comércio global tenderá a avançar por meio de acordos bilaterais e regionais, como as TPP, TISA, TTP e outros. Desses acordos participam alguns países da América Latina e da Ásia, a América do Norte e Europa.

Apesar da sua importância, o Brasil ainda não faz parte desses entendimentos globais. Uma das razões deve-se ao fato de a política de comércio internacional brasileira aliou-se as propostas da OMC em obter acordos no âmbito multilateral de comércio. Trata-se de uma aposta que ainda não prosperou. Enquanto isso, vários países desenvolvidos e emergentes avançaram nas tratativas bilaterais e obtiveram sucesso.

Nesse sentido, o Brasil terá que experimentar um novo rumo no conserto internacional e ademais, nenhum país obterá vantagens competitivas sem que se tenha um plano de desenvolvimento cuja estratégia seja sua inserção na cadeia



produtiva global, por meio da qual seja possível desenhar políticas públicas e privadas que possibilitem dobrar a renda por habitante e promover a redução das suas desigualdades sociais em duas décadas.

O desafio da Nação é estruturar uma nova economia, indicando caminhos e propondo a eliminação de barreiras internas com vista à construção de novos patamares de desenvolvimento da produção em toda a sua dimensão serial e em também na infraestrutura e na logística. Não é simples a agenda, é importante também ver o país nas suas dimensões urbanas e no interioranas. Reformas no conteúdo dos programas de educação, da saúde e na preservação do meio ambiente, segurança nacional, sistema bancário e modelos de financiamento são centrais no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Há de se ter cenários econômicos nacionais e internacionais úteis na ordem das reformas e na condução das políticas de desenvolvimento nacional. Há de se conhecer os cenários das novas fronteiras científicas e tecnológicas globais que ocorrerão ao longo das próximas décadas e desse cenário construir as possibilidades de absorção nacional para os setores produtivos e científicos e tecnológicos nacionais. Todo esse esforço de proposição com o objetivo de dobrar a renda por habitante em uma geração.

No âmbito da economia brasileira, importam saber quais serão e para onde se deslocarão tanto a produção física e de serviços, assim como os centros regionais da demanda por esses bens. Esse cenário indicará, por exemplo, o curso da demanda pela infraestrutura e pela logística urbana e rural.

Como a meta é dobrar a renda por habitante, a abertura da economia, por meio dos acordos bilaterais e regionais brasileiros, será o processo por meio do qual todas as demais reformas e absorções internas serão objeto de proposições de políticas públicas e de responsabilidade do setor privado. As políticas públicas de desenvolvimento deverão assegurar a capacidade de produção e da manufatura nacional, a competitividade do agronegócio, as vocações econômicas nacionais, a integração regional dos estados, assim como, a inserção social com qualidade de vida e laboral, prosperidade com distribuição da renda nacional. Com esses cenários o projeto terá de propor reformas que possibilitem orientar as políticas de Estado na direção da sua eficiência, maior inserção competitivas da sociedade nos mercados de trabalho, forte propósito de eliminar a pobreza e promoção de todas as demais classes sociais, melhor ambiente de negócio e maior abertura econômica por meio de acordos produtivos à absorção dos avanços científicos e tecnológicos globais.

Enfim, o projeto Desafios da Nação se propõe a apresentar um leque de reformas econômicas e sociais e de infraestrutura, prioridades de investimentos, novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento compartilhados entre o público e privado.

O Estado tem um papel indelegável em manter a prosperidade econômica e social por meio de políticas públicas fundamentadas no equilíbrio fiscal, na equivalência da carga tributária com a dos demais países concorrentes, na concorrência e na solidez das instituições bancárias, na amplitude dos mercados financeiros e reais, nos fundamentos da economia de mercado e na expansão competitiva do mercado tanto por meio do processo de abertura econômica contínua como pela redução dos custos de produção e do capital. Nesse conjunto de princípios é fundamental que os

setores produtivos possam ter pleno acesso aos avanços científicos e tecnológicos globais e internaliza-los para que se tenha uma economia competitiva, eficiente e sustentável.

O Brasil está distante do ritmo de crescimento do mundo. A renda por habitante no Brasil cresceu na década nas últimas 4 décadas abaixo do crescimento da renda per capita mundial. Na década de 1980 a renda por habitante no mundo cresceu 1,4 % a.a e no Brasil cresceu 0,2% a.a. Na década de 1990 e na década de 2000 a renda por habitante no Brasil se aproximou do ritmo de crescimento do mundo, mas sempre esteve abaixo das taxas mundiais. Enquanto a renda por habitante no mundo crescia 1,9%a.a. na década de 1990 e 2,6% a.a. na década de 2000 a renda por habitante no Brasil cresceu 1,1 %a.a. e 2,5% a.a. respectivamente. Nos dois primeiros anos da década de 2010 a renda por habitante no mundo cresceu 1,9 %a.a. e no Brasil cresceu 1,1 %a.a. o Brasil mergulho na maior crise da sua história a partir de 2014.

Mas o Brasil não está apenas distante do mundo no ritmo de crescimento. Está também distante da fronteira tecnológica. As exportações de commodities cresceram 29%a.a. a partir de 2002 mas as exportações líquidas de manufaturados decresceram vertiginosamente a partir de 2005.

### **Sim, é possível mudar o Brasil em uma geração!**

A crise da economia brasileira afetará profundamente a sociedade brasileira e a sua capacidade de gerar emprego e renda nos próximos anos. De um lado, as mudanças alteraram as perspectivas de investimentos do setor privado, de outro lado, o mundo não para, ao contrário, continua mudando de forma acelerada. Quais os fatores determinantes para que o Brasil consiga dobrar a sua renda per capita nos próximos 20 anos com inclusão social de forma sustentável?

Os ganhos de produtividade obtidos na economia brasileira depois dos anos 70 são insuficientes. É necessário construir uma trajetória mais acentuada de crescimento da produtividade para o Brasil. A renda por habitante no Brasil cresceu pouco mais de 30% nos últimos vinte anos. Considerando as tendências passadas de crescimento da economia e os ganhos de produtividade que foram obtidos depois dos anos 70, dificilmente conseguiríamos dobrar a renda per capita em 20 anos. Embora extremamente desafiador, o objetivo de dobrar a renda per capita dos brasileiros no prazo de duas décadas é factível. Sim, é possível mudar o Brasil em uma geração! Quais são as condições necessárias para tornar possível a mudança de trajetória?

Será necessário estabelecer pleno entendimento sobre o papel dos agentes econômicos públicos e privados e a apropriação de soluções encontradas por outros países que alcançara êxito. Há uma ampla gama de pensamentos no Brasil sobre qual deveria ser a forma de atuação do Estado. Apesar do reconhecimento de que há situações onde o mercado por si só, ou então a ausência dele, não conduz a melhoria do bem estar, a ideia de que o setor público possa conduzir a uma situação melhor. No Brasil, esse entendimento não é trivial.

Há necessidade de uma nova geração de políticas públicas compartilhadas entre público e privado. Isso é chave para o sucesso. Amplo leque de reformas econômicas, sociais, de infraestrutura. Prioridades de investimentos e novos mecanismos de financiamento.

São inúmeras as evidências de que o desenvolvimento econômico é cada vez mais dependente de conhecimento, informações e de competências. Em um país pobre, com renda mal distribuída e de difícil acesso aos paradigmas deste século por parte da maior parte da população brasileira, os desafios deste projeto são hercúleos.

As nações desenvolvidas são aquelas que ao longo da sua história deram atenção especial à qualidade de vida e acesso ao conhecimento e à tecnologia aos seus compatriotas. O caminho fácil para o desenvolvimento não está disponível e atalhos não são virtuosos. Investir nas pessoas e no conhecimento é o que torna uma nação próspera e socialmente justa.

É possível observar a experiências de outras economias e usar instrumentos adequados para acelerar nossa chegada à fronteira do mundo desenvolvido. Países como o Brasil podem combinar uma base de atores públicos e privados relevantes do ponto de vista econômico associado a uma base robusta de diagnóstico e foco em problemas específicos.

Não há caminho fácil para pensar no desafio de dobrar a renda per capita em 20 anos. Mas é praticamente consensual a ideia de que, no longo prazo, o nível de renda dos países tem três determinantes principais: a taxa de investimento, o crescimento da população e os ganhos de produtividade. Promover mudanças estruturais nestas três variáveis e permitir que milhões de brasileiros tenham acesso à saúde, educação e aos postos de trabalho de melhor qualidade é o grande desafio do Brasil.

Para o Brasil ingressar em uma grande e longa trajetória de transformação, incluindo milhões de pessoas em um processo virtuoso de desenvolvimento é necessário buscar uma trajetória de crescimento da produtividade mais acentuada. A produtividade da economia brasileira cresceu relativamente menos do que a da maioria dos países no mundo nas últimas décadas.

O último grande salto de produtividade se deu nos anos 1970. De lá para cá a economia brasileira – mas também a esmagadora maioria dos países do planeta – patina no seu objetivo de elevar a produtividade do trabalho, com impacto negativo na competitividade das empresas e da economia. O debate sobre essas dificuldades é tão saudável quanto necessário. Há estrangulamentos estruturais da economia brasileira de onde decorre a baixa produtividade. A qualidade da educação, a infraestrutura na oferta de energia, a logística de transportes e comunicações, o ambiente regulatório e institucional, a produção de conhecimento, tecnologia e inovação são os fatores amplamente discutidos por aqueles que mais atentamente se debruçam sobre o problema da produtividade no Brasil.

A ideia de que uma ampla liberalização e abertura da economia produziriam automaticamente uma convergência tecnológica entre as nações não é verificada empiricamente. A existência também mostra que um ambiente competitivo é

fundamental para a sociedade, uma vez que protecionismo e isolacionismo comercial impedem avanços na prosperidade social e econômica. Ao mesmo tempo, a presença do Estado é essencial, pois a incerteza e o risco de determinados investimentos precisam ser compartilhados e mitigados para estimular o envolvimento das empresas. Não é à toa que os países avançados fazem escolhas e definem problemas críticos a serem enfrentados, alocando recursos públicos para melhorar o bem estar.

Nos últimos vinte anos o investimento cresceu 2,7 % ao ano e a população em idade ativa cresceu perto de 2% ao ano. Estima-se, ademais, que o crescimento da produtividade tenha sido próximo ou inferior a 1% ao ano. O crescimento da renda per capita dos brasileiros teria se aproximado de 1,6 % ao ano, ou seja, pouco mais de 30% em vinte anos.

Para que a renda per capita dos brasileiros dobre nos próximos 20 anos será necessário que ambos o investimento e a produtividade cresçam muito mais rapidamente do que nos últimos vinte anos. O crescimento do investimento terá que se aproximar de 4% ao ano e o crescimento da produtividade terá que estar próximo de 2% ao ano. Alcançar tamanho aumento da produtividade e do investimento é uma tarefa que irá requerer ações em múltiplas frentes institucionais, setoriais, regionais, sociais e ambientais. Pensar nos desafios para atingir esta meta é a motivação deste trabalho.

A meta de crescimento e inclusão social passa também necessariamente por uma série de desafios relacionados à melhoria nas condições de vida, saúde, assistência e educação da população. Mudanças no padrão produtivo estão intrinsecamente ligados à educação e à qualificação da força de trabalho. O domínio da leitura e da lógica matemática deve vir acompanhado de estímulos da capacidade reflexiva e criativa dos estudantes.

O novo regime demográfico do Brasil também se apresenta como um enorme desafio. O aumento de famílias com filho único, elevada esperança de vida ao nascer e nas idades avançadas. O envelhecimento combinado com redução de população jovem tem implicações tanto para a seguridade social como para a configuração do mercado de trabalho. Se a previdência caminha no sentido de estabelecer um teto para aposentadoria é preciso também pensar formas manter e qualificar esta população no mercado de trabalho.

A meta de dobrar o PIB per capita brasileiro em 20 anos, de forma sustentável e com inclusão, irá demandar um esforço de continuidade da redução das desigualdades regionais e da melhoria das condições de vida nas cidades brasileiras. Finalmente, e não menos relevante, a agenda de sustentabilidade deve ser continuamente aprimorada, para se seguir nos avanços nas agendas de desmatamento, de tratamento de resíduos sólidos, de eficiência energética, de proteção da biodiversidade, de práticas sustentáveis na utilização dos recursos hídricos, da produção agropecuária e da maior e mais eficiente interligação logística regional das diversas economias brasileiras.

## **Retomar a confiança em um país diferente**

Pensar o futuro, iniciar logo, andar rápido e retomar a confiança em um país diferente! No curto prazo o equilíbrio fiscal é prioridade - metas fiscais críveis, maior eficiência do gasto público e Novo Regime Fiscal (PEC). As medidas de curto prazo retomam a confiança e influenciam positivamente a estabilidade da inflação e a retomada do investimento. No médio prazo a retomada dos investimentos em infraestrutura, as novas concessões consolidarão um cenário base para o crescimento futuro. Mas é preciso pensar o futuro agora! O Brasil precisa de reformas estruturantes de longo prazo.

## **Dobrar a renda por habitante**

Dobrar a renda exige grande esforço da economia brasileira, três vezes superior ao realizado no passado recente. A taxa de investimento, o crescimento da população e os ganhos de produtividade são variáveis críticas. Se essa meta pretende ser atingida em 20 anos, a produtividade da economia teria que crescer 1,5% a.a. e o investimento teria que crescer 6,0% a.a. O crescimento do PIB anual teria que passar para 3,95% a.a. Uma trajetória ousada exige ousadia na qualificação das pessoas, mas também na qualidade do investimento. No longo prazo a qualidade é a chave dos ganhos de produtividade e do futuro.

## **Reduzir as desigualdades sociais**

É possível crescer, duplicar a renda por habitante e fazer com a renda dos 95% mais pobres, os mais necessitados na sociedade, cresça três vezes mais rápido que os 5% mais ricos. A mudança do atual índice de concentração 0,49 (GINI em 2014) para 0,34 pode ser almejada pela Nação. O desafio é assegurar às pessoas uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, educação inclusiva e equitativa de qualidade, com emprego e trabalho decente. O desenvolvimento é para todos. A redução da desigualdade social é dever da Nação.

## **Desenvolver tecnologias críticas**

Inovação é a chave dos ganhos de produtividade das empresas e para a geração de postos de trabalho qualificados e melhor remunerados. Empresas inovadoras investem 23% mais do que empresas não inovadoras porque elas precisam transformar seu processo produtivo. Para se aproximar da fronteira tecnológica do mundo, o investimento público em CT&I precisa crescer ~10% ao ano para saltar dos atuais R\$ 28 bi e atingir ~R\$ 60 bi ao ano. O investimento em P&D deve saltar dos atuais 1,3% do PIB para 2% do PIB em 10 anos e para 3% em 20 anos. Investir em pessoas e em tecnologia é chave para mudar o Brasil.

## **Promover a sustentabilidade ambiental**

A agenda mundial de desenvolvimento pós-2015 terá como desafio integrar as múltiplas dimensões do desenvolvimento – São os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Na agenda ambiental o mundo ainda patina no desenvolvimento de indicadores e metas. Ajudar o mundo a acompanhar e desenvolver recomendações no âmbito da UN Task Team Force é crítico para o futuro do Brasil.



Metas ousadas para aumentar a renda por habitante, para reduzir as desigualdades e desenvolver tecnologias críticas não pode negligenciar a sustentabilidade ambiental.

## **2.1. Temas do Projeto (para submissão de propostas)**

O projeto DESAFIOS DA NAÇÃO tem o objetivo de oferecer ao Governo Federal e à sociedade uma estratégia de desenvolvimento que identificará e analisará alternativas para superar os principais gargalos da economia brasileira para atingir a meta de dobrar a renda por habitante, com redução da desigualdade social e sustentabilidade ambiental. A agenda inicial de trabalho contemplará, ainda que não exaustivamente, os seguintes temas específicos:

### **Tema 1 - Política Macroeconômica**

Visão retrospectiva e decomposição histórica do crescimento brasileiro;  
Experiências de crescimento acelerado no mundo: análise das contribuições relativas de elevações na PTF, no capital humano e no investimento, e suas lições para o Brasil;  
Simulações macroeconômicas para o Brasil. Cenários com diferentes combinações de taxas de crescimento da PTF, do capital humano e dos investimentos em capital produtivo e infraestrutura;  
Políticas para elevação da taxa de investimento.

### **Tema 2 - Política Fiscal**

Eficiência e eficácia da política macroeconômica que possibilitem a redução do custo do capital e da produção;  
Regime fiscal de longo prazo: apoio à eficácia do regime do teto das despesas públicas;  
Produtividade do setor público - mapa do emprego público e gastos com saúde e educação. Aprimorar as políticas públicas sociais.

### **Tema 3 - Reforma Previdenciária**

A Reforma da Previdência. Três pilares:

- A regra de acesso à aposentadoria;
- A fórmula de cálculo e
- A correção dos benefícios;

Medidas corretivas:

- Aumento do tempo de contribuição;
- Contribuições progressivas (inclusive para beneficiários), e;
- Ajustes de estrutura (idade, acúmulo de pensões e salários).

Regras de transição;

Piso previdenciário x salário mínimo;

Pressões previdenciárias - diminuição do número de entrantes e tempo de duração do benefício previdenciário, pensões por morte;

Futuro dos regimes especiais - trabalhadores rurais, Militares das Forças Armadas, professores e policiais;  
Fórmula de cálculo do benefício - Homens e Mulheres;  
Estímulo à previdência complementar do setor público.



#### **Tema 4 - Reforma Trabalhista**

As novas ocupações, mercado de trabalho e a legislação trabalhista;  
Valorização da negociação coletiva - acordado x legislado;  
Trabalho autônomo, mudança tecnológica e terceirização;  
Flexibilizar x Rigidez nas leis trabalhistas - acordos coletivos e direitos assegurados pela Constituição Federal;  
Alcance das negociações coletivas;  
Qualificação profissional e reposicionamento no mercado de trabalho;  
Novas ocupações e nova forma de contratação no serviço público – Reforma Administrativa.

#### **Tema 5 - Abertura Econômica – Comércio e Investimento**

Desenhar uma política de inclusão global da economia brasileira;



Cronograma de abertura ao comércio internacional e negociação de condições de complementariedade com parceiros comerciais;  
Elaboração de cenários do comércio global: básico às estratégias comerciais em acordos de comércio multilateral e bilateral;  
Cenários comerciais complexos em acordos bilaterais e regionais, como Mercosul, América Latina, TPP, TISA, TTP e outros;  
Políticas para ampliação dos fluxos de comércio e redução das tarifas de importação (nominais ou efetivas);  
Abertura setorial ao investimento estrangeiro;  
Implementação de acordos bilaterais e medidas para atração de investimento estrangeiro visando a integração da economia brasileira nas cadeias globais de valor.

## **Tema 6 - Política de Concessões - Infraestrutura e Logística**

Redesenho dos modelos de concessão para considerar:

- Tarifas - benefícios privados dos usuários;
- Complemento de receita via pagamento por disponibilidade; e
- Cobrança de outorga variável com a demanda.

Projetos com geração de receita insuficiente - Menor custo ao orçamento público via Concessão Patrocinada do que via execução direta;

Fundo garantidor alimentado pelas outorgas das concessões superavitárias - subsidiar concessões deficitárias;

Novo modelo de financiamento:

- Novos instrumentos de financiamento de natureza bancária;
- Usuários auferem benefícios suficientes para pagar tarifas;
- Garantia de receita.

Déficit atual x Demanda futura de infraestrutura: re-localização espacial da produção;

Nova geração de infraestrutura e logística: mudanças tecnológicas no setor;

Mobilidade urbana – desafios tecnológicos da mobilidade.

## **Tema 7 - Financiamento do Desenvolvimento**

Aprimoramento do Sistema Financeiro Federal. Agências de Fomento, Bancos de Desenvolvimento, Banco de Inovação e atuação dos Bancos Públicos Federais (BNDES, BB, CEF, BASA, BNB, FINEP)

Aprimoramento do sistema financeiro privado – compulsórios, tributação, liquidez e liquidação internacional

Regulação e ampliação dos mecanismos de financiamento ao comércio exterior e à inovação

A inserção dos mercados de capitais e bancários no regime de incentivo ao capital de risco – Venture Capital e Private Equity – novos instrumentos de captação para o desenvolvimento econômico

Aprimoramento do financiamento as grandes estatais e as grandes cadeias:

- Elétrica;
- Petróleo & Gás;
- Energia Atômica;

- Telecomunicações e
- Aeroespacial/Defesa.

### **Tema 8 - Risco Regulatório**

Só regras estáveis atraem investimentos – Propor um arcabouço regulatório para atrair capitais. Reduzir o custo do capital;  
Melhorias no aparato jurídico, regulatório e na governança corporativa incentivam o investimento e estimulam o crescimento econômico de longo-prazo;  
Incentivar as práticas internacionais promotoras das finanças verdes: Os princípios do Equador, crédito verde e securitização, fundos industriais verdes, Bancos verdes.

### **Tema 9 - Ambiente de negócios**

Aprimorar o ambiente de negócios - Doing Business (Banco Mundial). Cálculo do impacto contrafactual de melhorias no ambiente de negócios;  
Rever a legislação que rege a abertura e fechamento de empresas a fim de facilitar e agilizar esse processo e estimular o empreendedorismo;  
Reduzir a burocracia associada com a P&D, especialmente nas ciências da vida.

### **Tema 10 - Reforma Tributária**

Eliminar a guerra fiscal entre entes federados;  
Propor reforma tributária (simplificação e revisão das isenções tributárias) que possibilite a criação do IVA;  
Reforma tributária necessária para financiar o desenvolvimento do país – incentivar o investimento e reduzir carga tributária;  
Redução da concentração tributária sobre bens, serviços e folha de salário;  
Busca da melhor eficiência tributária com tributos progressivos sobre heranças, renda e propriedades;  
Propor a reforma tributária com progressividade na análise, aprovação e implementação;  
Reforma das transferências intergovernamentais;  
Mudanças tecnológicas e impostos (ICMS, PIS/COFINS e outros).

### **Tema 11 - Desenvolvimento é Cultura**

O crescimento econômico depende do capital, do trabalho e da produtividade;  
A dinâmica do desenvolvimento econômico e social depende dos valores culturais da nação, que por sua vez, determinam a qualidade do capital humano;  
A cultura da nação representa um conjunto de valores, atitudes, crenças e instituições;  
Crescimento sustentável assegura o desenvolvimento socioeconômico.

### **Tema 12 - Política de Inovação, Ciência e Tecnologia**

Produção no Brasil – Foco:

- Energia;

- Agricultura;
- Saúde;
- Aeroespacial e;
- Defesa e tecnologias portadores de futuro (TICs, Nanotecnologia, Biotecnologia e Manufatura Avançada).

Regime de incentivos a projetos de alta intensidade tecnológica. Ampliar o investimento público em P&D orientado a resultados;

Reestruturação da operacionalização do FNDCT e dos FS vinculados. Regulamentar a parcela restante do Fundo Social de modo a destinar 20% do fundo para CT&I;

Operacionalização das encomendas tecnológicas do governo: Artigo 20, Lei nº. 10.973, Código Nacional de C&T e Decreto 8.269;

Revisão do Código Nacional de Ciência e Tecnologia – Ampliar a parceria Universidade-Empresa;

Ampliar a escala da ciência no Brasil, criar grandes laboratórios nacionais, Big Science, infraestruturas de pesquisa abertas e internacionalização da C,T&I;

Melhorar o ambiente de negócios para os inovadores nas universidades e nas empresas – Programa Nacional de Startups, Atração de capital de risco;

Cidades inteligentes.

### **Tema 13 - Política de Saúde**

Assegurar vida saudável e promover o bem estar para toda população;

Aperfeiçoar mecanismos de interação entre as instancias federal, estadual e local de implementação de políticas de saúde , visando diminuir as desigualdades ao acesso aos serviços de saúde;

Sistema Único de Saúde: Aperfeiçoar a gestão do SUS de forma a garantir acesso da população a ações e serviços de saúde de qualidade e com atendimento em tempo adequado às necessidades individuais e coletivas;

Sistema privado de Saúde: Tornar eficazes instrumentos de regulação do sistema privado de saúde para que atendam com presteza e qualidade os segurados e desta forma não sobrecarreguem o sistema público de saúde.

### **Tema 14 - Política de Educação**

Educação inclusiva e de qualidade;

Políticas de acesso e desempenho para atingir as metas estabelecidas para da educação infantil ao ensino médio;

Políticas de valorização e qualificação dos Professores;

Educação profissionalizante e mercado de trabalho;

Expansão na qualidade e na formação do ensino superior em cursos das chamadas ciências duras (engenharias, medicina, biologia, etc) capazes de impactar a produtividade nos próximos 20 anos;

Pós-graduação no Brasil e no exterior – Prioridades para o desenvolvimento do Brasil;

Inclusão e diversidade.

### **Tema 15 - Política da Economia Criativa**

O potencial da economia criativa no Brasil;  
A economia digital como fator transformador do mercado de trabalho;  
O papel dos setores público e privado nos estímulos as novas competências da economia criativa;  
Os currículos escolares direcionados à economia criativa.

### **Tema 16 - Política para Jovens**

Integração das políticas para criança e adolescente;  
Qualidade de ensino e capacitação para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

### **Tema 17 - Política para Idosos**

Empregabilidade do trabalhador mais velho e reforma da previdência;  
Ações para equilibrar a diminuição da população total e da força de trabalho bem como super envelhecimento da população;  
Diversidade entre as várias ocupações - Idade em que o trabalhador perde a capacidade laboral;  
Políticas voltadas para a empregabilidade e trabalhadores idosos.

### **Tema 18 - Política para Petróleo e Gás**

Revisão da política de conteúdo local para petróleo e gás. Maior flexibilidade quanto às tecnologias e os insumos necessários;  
Revisão da Lei 12.531/10 e suas alternativas PLS 131/2015; PI 4.567/2016;  
Criação de regime de incentivo para segmentos de alto conteúdo tecnológico;  
Medidas para criar um ambiente favorável de negócios à atração de empresas petroleiras para se envolverem nas explorações de petróleo no Brasil;  
Revisão do REPETRO;  
Abertura de mercado para o Gás Natural.

### **Tema 19 - Política de Sustentabilidade Ambiental**

Construção de indicadores:

- Contas nacionais verdes e
- indicadores de sustentabilidade no âmbito do ODS.

Integração de metas:

- Biodiversidade e desenvolvimento econômico;
- PROBIO II; Diálogos sobre Biodiversidade;
- Construindo a estratégia brasileira para 2020;
- Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020

Sistemas de monitoramento:

- Avaliação e propostas de homogeneização.

Crescimento econômico e impactos ambientais:

- Avaliação de possibilidades de decoupling.

Sustentabilidade da pecuária:

- Determinantes da intensificação da pecuária e;
- Identificar as principais barreiras à adoção destes métodos.

Uso da terra:

- Biocombustíveis,
- Produção de alimentos e;
- Desmatamento.

Comércio internacional:

- Barreiras ambientais e seus impactos no Brasil;
- Impacto das propostas de “ajuste de fronteira” sobre a balança comercial brasileira Patentes verdes, inovações ambientais, transferência de tecnologia e produtividade Cidades verdes.

### **3. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELOS BOLSISTAS**

- 3 notas técnicas sob demanda dos coordenadores temáticos;
- Disponibilidade para 2 reuniões com a equipe em Brasília;
- 1 texto de 20 a 30 páginas para 30/06/2017.

### **4. RESULTADOS ESPERADOS**

Relatórios de pesquisa, notas técnicas e apresentações contendo análises dos resultados, que servirão de subsídio para o relatório final do Projeto Desafios da Nação.

## MODELO DE PROPOSTA DE PROJETO

### MODELO DA CAPA

**IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**  
**Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional - PNP**

### PROPOSTA DE PROJETO

Nome do candidato:

- ( ) Tema 1 - Política Macroeconômica
- ( ) Tema 2 - Política Fiscal
- ( ) Tema 3 - Reforma Previdenciária
- ( ) Tema 4 - Reforma Trabalhista
- ( ) Tema 5 - Abertura Econômica – Comércio e Investimento
- ( ) Tema 6 - Política de Concessões - Infraestrutura e Logística
- ( ) Tema 7 - Financiamento do Desenvolvimento
- ( ) Tema 8 - Risco Regulatório
- ( ) Tema 9 - Ambiente de negócios
- ( ) Tema 10 - Reforma Tributária
- ( ) Tema 11 - Desenvolvimento é Cultura
- ( ) Tema 12 - Política de Inovação, Ciência e Tecnologia
- ( ) Tema 13 - Política de Saúde
- ( ) Tema 14 - Política de Educação
- ( ) Tema 15 - Política da Economia Criativa
- ( ) Tema 16 - Política para Jovens
- ( ) Tema 17 - Política para Idosos
- ( ) Tema 18 - Política para Petróleo e Gás
- ( ) Tema 19 - Política de Sustentabilidade Ambiental

Chamada Pública PNP n° \_\_\_\_/\_\_\_\_

## **ANEXO II – CONTINUAÇÃO**

### **ROTEIRO PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO**

- 1) O projeto deverá constar os seguintes itens:
  - 1.1) Contextualização da proposta quanto à inserção das EMENTAS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS do IPEA
  - 1.2) Objetivo geral
  - 1.3) Objetivos específicos
  - 1.4) Justificativa
  - 1.5) Referencial teórico
  - 1.6) Metodologia proposta
  - 1.7) Atividade e cronogramas
  - 1.8) Resultados esperados
  - 1.9) Outras informações relevantes
  - 1.10) Referências Bibliográficas

#### **IMPORTANTE:**

- a) Tipo de arquivo: “doc” ou “pdf”.



## **ANEXO III - EMENTAS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS FINALÍSTICOS**

### **I - AVALIAR E PROPOR POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS ESSENCIAIS AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS**

1. Realizar pesquisa de excelência para apoiar as políticas públicas e programas essenciais ao desenvolvimento.
2. Garantir a representação do IPEA em colegiados consultivos e deliberativos de políticas públicas para influenciar a construção da agenda institucional.
3. Ampliar o assessoramento e a cooperação com os órgãos governamentais mais relevantes para influenciar a avaliação e formulação de políticas públicas e programas.
4. Manter o quadro técnico do IPEA informado e atualizado sobre a agenda institucional de políticas públicas.
5. Ampliar o acesso e uso de bases de dados necessárias à avaliação e à proposição de políticas públicas.

### **II - FORMULAR ESTUDOS PROSPECTIVOS PARA ORIENTAR ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO DE MÉDIO E LONGO PRAZO**

1. Ofertar aos órgãos decisórios estudos prospectivos para antecipar impactos e identificar temas estratégicos para o desenvolvimento brasileiro.
2. Ofertar aos órgãos decisórios estudos prospectivos setoriais e regionais que subsidiem o aprimoramento de políticas públicas e programas estratégicos.
3. Propor e desenvolver pesquisas e metodologias relacionadas à prospecção.
4. Assessorar instituições públicas na elaboração de estudos prospectivos.

### **III - ASSESSORAR O ESTADO NA MELHORIA DA QUALIDADE DE SUAS DECISÕES**

1. Pesquisar e produzir diagnósticos sobre os principais problemas que impactam na agenda prioritária do Estado.
2. Pesquisar e disseminar temas, propostas e métodos inovadores.
3. Ampliar a prestação de serviços de assessoria ao Estado, de forma que resulte em respostas rápidas e consistentes para solução de problemas prioritários do desenvolvimento.
4. Ter sistema atualizado com informações, estudos e indicação de pessoas e instituições relacionados às políticas e programas prioritários do Estado.
5. Aumentar a capacidade de resposta do IPEA, por meio da mobilização de redes e maior produtividade no uso de bases de dados.

### **IV - CONTRIBUIR PARA A QUALIFICAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO QUANTO AOS RUMOS DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS E DA AÇÃO DO ESTADO**

1. Identificar, pesquisar e disseminar temas relevantes e emergentes na sociedade.
2. Disponibilizar, em formatos adequados, as informações e conhecimentos produzidos pelo Ipea para atores da sociedade, incluindo locais e internacionais.
3. Auscultar, articular e subsidiar os atores sociais relevantes para o desenvolvimento, por meio de redes e de diferentes canais de interação.

## **OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DE GESTÃO**

### **I - ASSEGURAR PRODUTIVIDADE COM QUALIDADE E QUANTITATIVO ADEQUADO DE SERVIDORES**

1. Desenvolver a qualificação dos servidores, particularmente em metodologias de avaliação, prospecção e competências gerenciais, alinhada ao Plano Estratégico.
2. Estruturar e qualificar a gestão de pessoas com uma política de incentivo ao desempenho.
3. Propiciar ambiente e condições de trabalho motivadores.
4. Viabilizar a adequação permanente do perfil e do quantitativo de pessoal por meio de políticas de ingresso, alocação e retenção de talentos.
5. Implantar política corporativa para relacionamento com pesquisadores externos, bolsistas e terceirizados, com foco na profissionalização das relações, monitoramento e fiscalização.

### **II - GARANTIR CONFIABILIDADE, AGILIDADE E EFETIVIDADE AOS PROCESSOS E SISTEMAS DE GESTÃO**

1. Assegurar a gestão estratégica para garantir a atualização e o monitoramento do Plano Estratégico.
2. Aprimorar a gestão por projetos com critérios claros para a alocação de recursos.
3. Aprimorar e integrar os processos e os sistemas de gestão para assegurar transparência, agilidade e economicidade.
4. Redesenhar os processos críticos, de modo a aumentar sua confiabilidade, eficiência e eficácia.

### **III - FORTALECER E ARTICULAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA**

1. Qualificar a comunicação interna, com o intuito de criar um ambiente cooperativo e de amplo acesso às informações de interesse do servidor.
2. Assegurar transparência às decisões tomadas no âmbito da diretoria colegiada e de outras instâncias decisórias.
3. Definir uma política institucional de relacionamento com o público externo, particularmente com a mídia.
4. Divulgar os resultados de estudos e pesquisas em linguagem adequada aos diferentes atores nacionais e internacionais.
5. Aprimorar canais e espaços de diálogo entre o IPEA e seus principais parceiros e públicos.

### **IV - GARANTIR FOCO E SINERGIA AO PLANO DE TRABALHO**

1. Aprimorar o processo de elaboração do Plano de Trabalho, de modo a garantir a definição e o desdobramento dos projetos em conformidade com o Plano Estratégico.
2. Promover e incentivar a construção coletiva de projetos entre diretorias e coordenações.
3. Aprimorar política de celebração e operacionalização de acordos e convênios visando garantir seu alinhamento com o Plano Estratégico do IPEA.
4. Aperfeiçoar e institucionalizar a gestão do conhecimento e da inovação.
5. Criar espaços e instrumentos institucionais de acompanhamento e debate sobre a conjuntura nacional, com disseminação de seus resultados na Instituição.